

Encarte I

Parque Natural Municipal

Atalaia

Financiamento:



Realização:



Apoio:



Secretaria
Municipal de
Educação
Cidade de Itajaí





1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1 FICHA TÉCNICA DO PARQUE DO ATALAIA

Os dados gerais do Parque Natural Municipal do Atalaia são apresentados no **Quadro 1**.

Quadro 1: Dados Gerais do Parque Natural Municipal do Atalaia

| | |
|---|---|
| Nome da Unidade de Conservação: Parque Natural Municipal do Atalaia | |
| Unidade Executiva e Gestora responsável: Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI | |
| Endereço da Unidade Executiva e Gestora: Rua XV de Novembro, 235 Centro Itajaí - SC - Brasil - CEP: 88301-420; FONE/FAX: +55 47 3348-8031 | |
| Endereço da sede: | Av. - Itajaí-SC. CEP 88301-420 |
| Telefone: | (47) 3348-8031 |
| Fax: | (47) 3348-8031 |
| Email | famai@itajai.sc.gov.br |
| Superfície da UC (ha): | 19,53 ha |
| Superfície da ZA (ha): | 76,5 ha |
| Bairros que a UC abrange: | Cabeçudas e Fazenda |
| Município que abrange: | Itajaí |
| Coordenadas geográficas (latitude e longitude): | Coordenadas |
| Data de criação e número do Decreto: | Decreto nº 8107, de 25 de janeiro de 2007 |
| Marcos geográficos referenciais dos limites: | O Calhau de São Pedro a oeste, a linha de costa oeste da Ilha do Arvoredo e a linha de costa leste da ponta sul da mesma ilha. |
| Biomass e ecossistemas: | Fragmento costeiro da Floresta Ombrófila Densa Submontana e porção, em seu limite leste de Formação Pioneira com Influência Marinha (Restinga Arbórea). |
| Atividades ocorrentes: | |
| Educação ambiental: | Projeto.....desenvolvido pela Associação |
| Fiscalização: | Eventual, da FAMAI e Polícia Militar de SC |
| Pesquisa e monitoramento: | Levantamentos de subsídio ao Plano de Manejo: Vegetação, Mastofauna, Avifauna e Percepção Ambiental. |
| Proteção e manejo: | Sem atividades desenvolvidas |
| Atividades conflitantes: | Retiradas de espécies vegetais e caça, ocupação irregular no entorno (Zona de Amortecimento) |



1.2 ENFOQUE FEDERAL E ESTADUAL EM RELAÇÃO AO PARQUE DO ATALAIA

1.2.1 O Parque do Atalaia e o Cenário Federal e Estadual

Considerando as áreas naturais ainda relativamente conservadas, sua biodiversidade e seus recursos paisagísticos atrativos às diferentes formas de utilização, as Unidades de Conservação surgem como forma de resguardar e de proteger ecossistemas, podendo propiciar ao mesmo tempo, oportunidade de um usufruto programado e controlado. São áreas protegidas, delimitadas e instituídas legalmente, passando a ter um tratamento diferenciado de acordo com as suas categorias de manejo. Os planos de manejo devem estabelecer o zoneamento e as normas que devem considerar o uso da área e o manejo de seus recursos naturais, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade de conservação.

A Lei nº 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Brasil, 2000) e a Lei nº 11.896/2001, que estabeleceu o Sistema estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Santa Catarina, 2001), definem Unidades de Conservação são definidas como “porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais aplicam-se garantias especiais de proteção”

As unidades de conservação dividem-se em:

a) Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na referida Lei. Constituem este grupo as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre;

b) Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus

recursos naturais. Pertencem a este grupo: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Uma das poucas diferenças contidas no conteúdo do SNUC e SEUC se refere ao fato de que nesse último a categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural é considerada de proteção integral.

As **unidades de proteção integral** têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, considerando uso indireto aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais; as **unidades de uso sustentável** têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

No Brasil existem 727 unidades de conservação federais (Tabela 1), sendo 126 de proteção integral e 601 de uso sustentável. Especificamente, a categoria Parques Nacionais é representada por 62 unidades federais.

Tabela 1: Relação de Unidades de Conservação Federais por categoria

| CATEGORIA | QUANTIDADE NO | QUANTIDADE % | ÁREA DAS UCS HÁ |
|--|---------------|--------------|-----------------|
| ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL | 31 | 4,26 | 6.526.679,00 |
| ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO | 17 | 2,34 | 32.574,00 |
| ESTAÇÃO ECOLÓGICA | 32 | 4,40 | 7.203.392,00 |
| FLORESTA NACIONAL | 73 | 10,04 | 19.190.166,00 |
| PARQUE NACIONAL | 62 | 8,53 | 17.074.743,00 |
| REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE | 3 | 0,41 | 128.521,00 |
| RESERVA BIOLÓGICA | 29 | 3,99 | 3.740.557,00 |
| RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 1 | 0,14 | - |
| RESERVA EXTRATIVISTA | 50 | 6,88 | 7.914.518,00 |
| RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL | 429 | 59,01 | - |

FONTE: IBAMA (2006)

NOTA: As áreas somente se referem às porções de UCs continentais

Santa Catarina conta com quatorze dessas UCs Federais (Tabela 2), sendo seis pertencentes ao grupo de Proteção Integral, especialmente



quatro Parques Nacionais, e oito unidades pertencentes ao grupo de Uso Sustentável.

Tabela 2: Unidades de Conservação Federais de Santa Catarina

| CATEGORIAS DE MANEJO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | AREA (ha) | MUNICÍPIO |
|-------------------------------|---|------------------|---|
| Unidade de Proteção Integral | Estação Ecológica de Carijós | 712 | Florianópolis |
| | Reserva Biológica Marinha do Arvoredo | 17.600 | Florianópolis |
| | Parque Nacional dos Aparados da Serra | 13.060,60 | Cambará do Sul (RS), Praia Grande e Jacinto Machado (SC) |
| | Parque Nacional da Serra Geral | 17.345,50 | Cambará do Sul (RS), Praia Grande e Jacinto Machado (SC) |
| | Parque Nacional de São Joaquim | 49.300 | São Joaquim |
| | Parque Nacional da Serra do Itajaí | 57.000 | Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos |
| Unidade de Manejo Sustentável | Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim | 3.000 | Gov. Celso Ramos e Florianópolis (Baía Sul) |
| | Área de Relevante Interesse Ecológico Serra das Abelhas | 4.604 | Vitor Meireles |
| | Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca | 156.100 | Imbituba, Garopaba, Laguna, Jaguaruna e Içara (parte terrestre e mar territorial), Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes |
| | Reserva Extrativista Marinha da Costeira do Pirajubaé | 1.444 | Florianópolis |
| | Floresta Nacional de Três Barras | 4.458,50 | Três Barras |
| | Floresta Nacional de Chapecó | 1.606,63 | Chapecó e Guatambu |
| | Floresta Nacional de Caçador | 710,44 | Caçador |
| | Floresta Nacional de Ibirama | 570,58 | Ibirama |

FONTE: Marenzi *et al* (2004), adaptado de Fabris (1997) e Cimardi & Gaio (2001)

Na Tabela 3 podem ser verificados os dados sobre as Unidades de Conservação Estaduais, as quais somam nove unidades, todas de proteção integral. Constam cinco Parques Estaduais.

**Tabela 3: Unidades de Conservação Estaduais de Santa Catarina**

| CATEGORIAS DE MANEJO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | AREA (ha) | MUNICÍPIO |
|------------------------------|--|------------------|------------------------------------|
| Unidade de Proteção Integral | Parque Estadual da Serra do Tabuleiro | 87.405 | Grande Florianópolis |
| | Parque Estadual da Serra Furada | 1.329 | Grão Pará e Orleans |
| | Reserva Biológica Estadual do Aguai | 7.672 | Treviso, Nova Veneza e Siderópolis |
| | Parque Estadual Fritz Plaumann | 741 | Concórdia |
| | Parque Estadual das Araucárias | 6.125,211 | São Domingos |
| | Parque Estadual Rio Canoas | 1.130 | Campos Novos |
| | Reserva Biológica Estadual da Canela Preta | 1.844 | Botuvera e Nova Trento |
| | Reserva Biológica Estadual do Sassafrás | 6.972 | Doutor Pedrinho e Benedito Novo |
| | Parque Estadual Acaraí | 6667 | São Francisco do Sul |

FONTE: Cimardi & Gaio (2001); Marenzi (2005).

Os dados referentes à pesquisa das UCs Municipais de Santa Catarina são apontados na Tabela 04. Ressalta-se que estas recebem várias denominações, devendo ser enquadradas na categoria de Parque Municipal Natural, conforme estabelece o SNUC (Brasil, 2000).

Foram levantadas sessenta e quatro (64) Unidades de Conservação Municipais. Destas, a maioria se encontra na região da grande Florianópolis, seguida de Joinville. O município que apresenta a maior extensão de área representada por UCs se refere à Blumenau, com uma área de 15.374,00 ha.

Tabela 4: Unidades de Conservação Municipais de Santa Catarina

| UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | AREA (ha) | MUNICÍPIO |
|--|------------------|------------------|
| Morro Sechinel | 702,5 | Criciúma |
| Morro Casa Grande | 94,25 | Criciúma |
| Lagoa Verdinho | 38 | Criciúma |
| Área de Preservação Primeira Linha | 12,48 | Criciúma |
| Área de Preservação Permanente do Mangue de Itacorubi | 150 | Florianópolis |
| Área de Preservação Permanente do Mangue da Tapera | 40 | Florianópolis |
| Área Tombada da Lagoinha da Chica e Lagoa Pequena | 31,25 | Florianópolis |
| Área Tombada da Região da Costa da Lagoa da Conceição | 967,5 | Florianópolis |
| Área Tombada das Dunas dos Ingleses, Santinho, Campeche, Armação, Pântano do Sul | 443 | Florianópolis |
| Área Tombada do Parque da Luz | 3 | Florianópolis |



| | | |
|---|-----------------|--------------------|
| Área Tombada das Restingas de Ponta das Canas e Ponta do Sambaqui | 22,8 | Florianópolis |
| Parque Ecológico do Córrego Grande | 21,48 | Florianópolis |
| Parque Florestal do Rio Vermelho | 1297,0 | Florianópolis |
| Parque Municipal da Praia da Galheta | 149,3 | Florianópolis |
| Parque Municipal da Lagoa do Peri | 2,030 | Florianópolis |
| Parque Municipal da Lagoinha do Leste | 453 | Florianópolis |
| Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição | 563 | Florianópolis |
| Parque Municipal do Maciço da Costeira | 1456,53 | Florianópolis |
| Área de Relevante Interesse Ecológico Desterro | 491,5 | Florianópolis |
| Parque Municipal Morro Finder | 50 | Joinville |
| Parque Municipal Boa Vista | 17 | Joinville |
| Parque Municipal da Ilha do Amaral | 270 | Joinville |
| Estação Ecológica do Bracinho | 4610 | Joinville |
| Parque Ecológico Prefeito Rolf | 1630 | Joinville |
| Área de Proteção Ambiental Dona Francisca | 40675 | Joinville |
| Área de Proteção Ambiental do Brilhante | 2104 | Itajaí |
| Parque Municipal da Ressacada | ND | Itajaí |
| Parque Municipal da Canhanduba | ND ¹ | Itajaí |
| Parque Natural Municipal do Atalaia | 19 | Itajaí |
| Área de Proteção Ambiental Ilhas Fluviais | 39 | Blumenau |
| Área de Proteção Ambiental Quirirí | 9325 | Garuva |
| Área de Proteção Ambiental Alto Rio Turvo | 7000 | Campo Alegre |
| Área de Proteção Ambiental Campos do Quirirí | 1400 | Campo Alegre |
| Área de Proteção Ambiental Rio Vermelho/Humboldt | 23000 | São Bento do Sul |
| Área de Proteção Ambiental Represa do Alto Rio Preto | 16000 | Rio Negrinho |
| Área de Proteção A. Bacia Hidrográfica Rio dos Bugres | 8000 | Rio Negrinho |
| Área de Proteção Ambiental Bateias | 200 | Gaspar |
| Área de Proteção Ambiental Cedro Margem Direita | 400 | Timbó |
| Área de Proteção Ambiental Cedro Margem Esquerda | 800 | Timbó |
| Área de Proteção Ambiental Raulino Reitz | 10000 | Blumenau |
| Parque Rodoviário Rio do Rastro | 40 | B. Jardim da Serra |
| Parque Natural Municipal Raimundo Malta | 17 | B. Camboriú |
| Área de Proteção Ambiental da Costa Brava | ND | B. Camboriú |
| Reserva Volta Velha | 1100 | Itapua |
| Parque Natural Municipal Vale do Rio do Peixe | 285,68 | Joaçaba |
| Parque Natural Municipal das Nascentes do Garcia | 5300 | Blumenau |
| Parque Municipal Natural São Francisco de Assis | 53 | Blumenau |
| Parque Municipal das Quedas | 6 | Brusque |
| Parque Municipal Índio Condá | 15 | Chapecó |
| Parque Municipal das Palmeiras | 5 | Chapecó |
| Parque Municipal Macaco Branco | 3 | Itapiranga |
| Parque Municipal Castelo Morro dos Passarinhos | 2 | Palmitos |
| Parque Ecológico Municipal de Piratuba | 2 | Piratuba |
| Parque Municipal 23 de Setembro | 4 | São Bento do Sul |
| Parque Municipal de Timbó | 60 | Timbó |
| Parque Municipal da Uva | 1 | Videira |
| Parque Municipal Maracajá | 112 | Maracajá |
| Reserva Biológica Municipal Dionísio Cerqueira | 12 | Dionísio Cerqueira |
| Reserva Biológica Municipal Treze Tilhas | 2 | Treze Tilhas |

¹ Não foi confirmada a criação do Parque Municipal do Canhanduba



| | | |
|---|-----|-------------|
| Reserva Biológica da Praia do Rosa | 5 | Imbituba |
| Reserva Biológica de Irineópolis | 133 | Irineópolis |
| Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros | ND | Bombinhas |
| Parque Municipal Morro dos Macacos | ND | Bombinhas |
| Parque Municipal Morro da Galheta | ND | Bombinhas |

FONTE: Cimardi & Gaio (2001); Adaptado de Marenzi (2005)

NOTA: ND = Não Confirmada

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural implantadas em Santa Catarina até 2004, data das fontes pesquisadas, estão listadas na Tabela 5, sendo as mesmas reconhecidas apenas pelo IBAMA, mesmo que o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, as contemple (Santa Catarina, 2001).

Tabela 5: Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina

| NOME DA RESERVA | AREA (ha) | MUNICIPIO |
|--|-----------|----------------------|
| Reserva Caraguatá | 1.854,00 | Antonio Carlos |
| Reserva Caraguatá 2 | 2.900,00 | Antonio Carlos |
| Fazenda Palmital | 590,60 | Itapoá |
| Reserva Burgerkopf | 82,70 | Blumenau |
| Fazenda Pousada Serra Pitoco | 3,00 | Ituporanga |
| Barra do Rio do Meio | 10,00 | Santa Rosa de Lima |
| Morro das Aranhas | 44,16 | Florianópolis |
| Hospital da Caridade | 17,00 | Florianópolis |
| Reserva Normando Tedesco | 3,82 | Balneário Camboriú |
| Morro da Aguada | 38,20 | Balneário Camboriú |
| Gralha Azul | 30,00 | Água Doce |
| Fazenda Araucária | 50,00 | São Joaquim |
| Guaxinim | 26,00 | São José |
| Primeira Luna | 100,00 | Nova Trento |
| Chácara Edith | 415,69 | Brusque |
| Caetezal | 4.613,80 | Joinville |
| Ano Bom | 88,00 | São Bento do Sul |
| Bio Estação Águas Cristalina | 102,96 | Guabiruba |
| Reserva Ecológica Emílio Ernesto Batistela (Rota das Cachoeiras) | 100,00 | Corupá |
| Reserva Natural Menino Deus | 16,00 | Florianópolis |
| Morro da Palha | 7,00 | São Francisco do Sul |
| Reserva Rio das Furnas | 10,00 | Alfredo Wagner |
| Morro dos Zimbros | 45,90 | Porto Belo |
| Passarim | 226,47 | Paulo Lopes |
| Costão do Santinho | 441,60 | Florianópolis |

FONTE: Cimardi & Gaio (2001); IBAMA (2004) e Mori (2004)

São vinte e cinco unidades na categoria RPPN totalizando área de 11.375,30 ha, sendo que o município que apresenta a maior área constituída de unidade nessa categoria corresponde a Antonio Carlos com duas RPPNs que totalizam 4754 ha.

Ao todo foram levantadas cento e onze (112) unidades de conservação existentes em Santa Catarina. Considerando a representatividade dos Grupos, as UCs Federais representam maior área no estado, distribuídas em 14 unidades, seguida das UCs Municipais com 64 unidades, UCs Estaduais com 9 unidades e RPPNs com 25 unidades.

Em Santa Catarina, os biomas de Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) e de Floresta de Araucária (Floresta Ombrófila Mista) são os mais contemplados pela proteção por meio de unidades de conservação, sendo os biomas de Campos (Estepes) e de Floresta Estacional Decidual (Floresta Subtropical) os menos representados, segundo Marenzi *et al* (2005). Nesse mesmo estudo foi verificado que a maioria das UCs catarinenses pesquisadas apresenta pouca infra-estrutura e vários problemas decorrentes do furto de espécies vegetais, da caça, da pesca ilegal e da ocupação humana no interior das unidades, alguns destes intensificados pela ausência de plano de manejo, que também dificulta a adoção de programas que atendam aos objetivos das categorias.

1.2.2 O Parque do Atalaia e o SNUC

Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC é o conjunto organizado de áreas naturais protegidas (unidades de conservação federais, estaduais e municipais) que, planejado, manejado e gerenciado como um todo é capaz de viabilizar os objetivos naturais de conservação (IBAMA, 2001). O SNUC foi instituído pela Lei nº 9985, de 18 DE JULHO DE 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) tem como objetivos:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Não cabe apenas ao SNUC a consecução dos Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza. Ele próprio faz parte de um sistema maior, o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA que busca cumprir a Política Nacional do Meio Ambiente.

O IBAMA funciona como o órgão coordenador da implantação do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil. Além da assistência e orientação no estabelecimento de áreas protegidas nos estados e municípios e da assistência ao seu planejamento, cabe-lhe também a organização e a manutenção de um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, a ser organizado com a colaboração dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Segundo Brasil (2000), O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do CONAMA, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

No Quadro 2 pode ser verificado os principais objetivos e características das categorias de UCs de proteção integral.

Quadro 2: Unidades de Proteção Integral

| CATEGORIA | OBJETIVOS | CARACTERÍSTICAS |
|-------------------|--|---|
| Estação Ecológica | Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas | Área não alterada pela atividade humana de relevante valor ecológico; de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas |
| Reserva Biológica | Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, | Áreas essencialmente não alteradas pelas atividades humanas, contendo espécies ou ecossistemas de relevante valor científico; de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas |



| | | |
|---------------------------|---|--|
| | a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. | |
| Parque Nacional | Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. | Áreas extensas, contendo um ou mais ecossistemas naturais preservados ou pouco alterados pelo homem, dotados de atributos naturais ou paisagísticos notáveis, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas. |
| Monumento Natural | Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. | Áreas contendo um ou mais sítios com características abióticas naturais, pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. |
| Refúgio de Vida Silvestre | Proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. | Áreas em que a proteção e o manejo são necessários para assegurar a existência e/ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória; pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. |

FONTE: MARENZI (2004)

Cabe ressaltar que os Parques Estaduais e Municipais têm os mesmos objetivos e características dos Parques Nacionais, sendo que “as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal” (art. 11 § 4º da Lei nº 9985/2000). Dessa forma, o Parque do Atalaia foi criado com a denominação de Parque Natural Municipal do Atalaia.

Poucas unidades de conservação municipais de Santa Catarina adotaram esta determinação, ou porque foram criadas antes de 2000 e



ainda não promoveram a redefinição da unidade ou porque desconhecem o estabelecido na Lei em questão.

Cabe ressaltar, que o Parque Natural Municipal do Atalaia foi planejado e criado regido pela Lei nº 9985/2000, conforme decreto nº 8107, de 25 de janeiro de 2007 (Anexo 1). Também esse Plano de Manejo é contemplado na mesma Lei, pois conforme Art. 27: "As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo", sendo complementado no § 3º que "O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação". Portanto, também o planejamento de uso, objetivo desse Plano de Manejo, buscou atender os princípios e as diretrizes do SNUC.

Dessa forma, o Parque do Atalaia deverá compor o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, representando uma porção de fragmento costeiro constituído de Floresta Atlântica e singular beleza cênica.

1.2.3 O Parque do Atalaia e o SEUC

Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Santa Catarina – SEUC é o conjunto organizado de áreas naturais protegidas (unidades de conservação federais, estaduais e municipais) que, planejado, manejado e gerenciado como um todo é capaz de viabilizar os objetivos naturais de conservação (Santa Catarina, 2001). O SEUC foi instituído pela Lei nº 11986, de 12 de novembro de 2001.

O SEUC tem como objetivos:

I - manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no território catarinense e nas águas jurisdicionais;

II - proteger no âmbito regional as espécies ameaçadas de extinção;

III - preservar e restaurar a diversidade biológica e os ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - incentivar a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento regional;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII- proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e bióticos;

IX - incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento das Unidades de Conservação;

X - favorecer as condições para a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo;

XI - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente;

XII - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; e

XIII - restaurar ou recuperar ecossistemas degradados.

Segundo Santa Catarina (2001), o SEUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA -, com atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III - Órgãos executores: a Fundação do Meio Ambiente - FATMA - e os órgãos ambientais municipais com a função de implantar o SEUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação estaduais e municipais nas respectivas esferas de atuação.

Os objetivos de SEUC são similares aos do SNUC (item 1.2.2), assim como a maior parte do conteúdo da Lei. Difere no sentido de que considera a categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) como de proteção integral e não de uso sustentável, caso do SNUC.

Portanto, contempla seis categorias de unidades de conservação de proteção integral, as quais: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre e Reserva Particular do Patrimônio Natural; e seis unidades de Uso Sustentável, pertencendo a esse grupo: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Outra diferença em relação ao SNUC é que o SEUC não menciona a categoria “Parque Natural Municipal”, mas estabelece que as Unidades de Conservação integrantes do SEUC constarão de um Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (banco de dados), sob responsabilidade da FATMA, organizado com a colaboração dos órgãos municipais competentes.

1.3 ENFOQUE MUNICIPAL EM RELAÇÃO AO PARQUE DO ATALAIA

1.3.1 O Parque do Atalaia e o Cenário Regional e Municipal

O Parque do Atalaia vem compor um cenário regional, considerando o município de Itajaí integrante da região da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Região da Foz do Itajaí), no qual inexistente Unidade de Conservação Federal ou Estadual (Tabelas 2 e 3), exceção das RPPNs que são unidades particulares reconhecidas pelo IBAMA.

Integram a AMFRI: Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Ilhota, Luís Alves, Navegantes, Penha, Piçarras, Itapema, Porto Belo e Bombinhas. Dessas, apenas Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas e Porto Belo têm unidades de conservação (Tabela 6).

**Tabela 6: Unidades de Conservação Municipais da Região da AMFRI**

| UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | AREA (ha) | MUNICÍPIO |
|---|-----------|-------------|
| Parque Natural Municipal do Atalaia | 19 | Itajaí |
| Área de Proteção Ambiental do Brilhante | 2014,7 | Itajaí |
| Parque Municipal da Ressacada | ND* | Itajaí |
| Parque Natural Municipal Raimundo Malta | 17 | B. Camboriú |
| Área de Proteção Ambiental da Costa Brava | ND* | B. Camboriú |
| Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros | - | Bombinhas |
| Parque Municipal Morro dos Macacos | - | Bombinhas |
| Parque Municipal Morro da Galheta | - | Bombinhas |
| RPPN Normando Tedesco | 3,82 | B. Camboriú |
| RPPN Morro da Aguada | 38,20 | B. Camboriú |
| RPPN Morro dos Zimbros | 45,90 | Porto Belo |

FONTE: Adaptado de Marenzi (2005)

* ND – Não Determinada

Além do fato da pequena representatividade de áreas mantidas como unidades de conservação, é ressaltado que a maioria dessas unidades não está efetivamente implantada, sendo que apenas o Parque Natural Municipal Raimundo Malta tem Plano de Manejo e a APA da Costa Brava está em processo de elaboração, mas até o momento sem definição de sua delimitação, como o caso do PM da Ressacada e da APA do Brilhante.

Verifica-se que os municípios de Camboriú, Ilhota, Luís Alves, Itapema, Navegantes, Penha e Piçarras não apresentam Unidades de Conservação, e Porto Belo apenas uma RPPN.

Assim, considerando as Unidades de Conservação como forma de proteção aos ecossistemas, podendo propiciar ao mesmo tempo oportunidades de educação ambiental, pesquisa e de usufruto programado e controlado, há necessidade de investimentos regionais em regularização de áreas, infra-estrutura e mão-de-obra que as torne eficiente no sentido de atender aos objetivos propostos em cada categoria. Esses investimentos podem apresentar retorno econômico pela geração de empregos e valorização de empreendimentos locais e no entorno (hotéis, restaurantes, e outros), além de propiciar melhor qualidade de vida a população.

Especificamente, Itajaí contempla três unidades de conservação municipais, a APA do Brilhante (Lei nº 2832/1993), o PM da Ressacada (Decreto nº 2824/1982) e o PNM do Atalaia (DECRETO Nº 8107, 2007), objeto desse Plano de Manejo. Também conta com o Parque Ecológico



Alessandro Weiss (Lei nº 3465/99), mas não enquadrado como unidade de conservação por caracterizar-se como parque urbano de pequena extensão, sem objetivos voltados a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, conforme estabelece SNUC e SEUC. Portanto, das UCs de Itajaí, apenas o Parque do Atalaia está em processo de implantação, sendo que as outras duas unidades não tem Plano de Manejo, e o PN da Ressacada nem se quer tem delimitação definida.

Desta forma, cabe ressaltar que a implantação do Parque do Atalaia não somente potencializa um futuro Sistema Municipal de Unidades de Conservação - SMUC em Itajaí, mas resulta em um processo inédito não somente para o município, mas possivelmente para o estado, considerando a adoção de um planejamento participativo e de investimentos financeiros iniciais para desapropriação e estabelecimento de infra-estruturas.

1.3.2 Implicações Ambientais e Institucionais do Parque do Atalaia

IBAMA (2004) estabelece que apesar do relativo bom desempenho socioeconômico, o estado de Santa Catarina carece de ações de conservação e recuperação dos recursos naturais, como as de preservação da água, do solo, do ar, da fauna e da flora, que são ainda muito tímidas e insuficientes frente à intensidade e à velocidade da degradação.

Também em Itajaí o desenvolvimento socioeconômico resulta na descaracterização paisagística, perda de habitats para a biodiversidade e alterações em seus ecossistemas. Com isso, apesar de um relativo aumento de empregos e de renda, decai a qualidade ambiental e respectiva, qualidade de vida da população. Portanto, se faz necessária uma política pública que integre ações sócio-ambientais, entre as quais a implantação de unidades de conservação.

Dessa forma, a implantação do Parque do Atalaia responde a uma necessidade de medidas conservacionistas para o município. No entanto, considerando a biodiversidade existente nessa UC e a sua fragilidade pela situação de fragmentação de habitats é necessário a implantação de um



Sistema Municipal de Unidades de Conservação e de Corredores Ecológicos como forma de conectividade entre remanescentes naturais, sem o qual o Parque tende a redução da diversidade biológica. Para tanto, ressalta-se a necessidade de efetivação da APA do Brilhante e do PM da Ressacada, assim como a ampliação do Parque do Atalaia e a criação de outras UCs, incluindo a Praia Brava e demais áreas que contemple remanescentes de Floresta Atlântica das Terras Baixas e Aluvial (ambiente de planície), assim como de manguezal, mantendo representativa a riqueza de ecossistemas existentes no município.

Institucionalmente, a implantação do Parque do Atalaia integra um conjunto de entidades envolvidas com o processo, entre as quais, o Porto de Itajaí e a FATMA por meio do licenciamento ambiental e, portanto, da medida compensatória que direcionou recursos para a idealização do Parque e pela FAMAI, órgão ambiental municipal, gestor responsável da UC. A partir daí, a UNIVALI foi envolvida como executora do Plano de Manejo e, consequentemente, buscou o envolvimento de outras instituições, como o SEMASA - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-estrutura, Secretaria de Municipal de Educação, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Agenda 21, IBAMA/CEPSUL, FITUR - Fundação Itajaiense de Turismo, Centro Regional de Atendimento ao Cidadão do Bairro Fazenda e Praia Brava, ASPI - Associação de Surf das Praias de Itajaí, Associação de Moradores do Bairro Fazenda, Associação de Moradores da Fazendinha, Câmara de Vereadores de Itajaí, Associação Resistência Verde, Associação de Vão Livre de Itajaí, UNAMI - Associação dos Amigos de Itajaí, Movimento Verdade Ambiental e Associação de Cabeçudas.

1.3.3 Potencialidades de Cooperação na Gestão do Parque do Atalaia

O Parque do Atalaia integrou uma série de instituições e de atores sociais importantes no processo de implantação, potenciais cooperadores e colaboradores na sua gestão. Parte desses compõe o Conselho Gestor (Encarte IV).

Além dessas potencialidades, outras instituições poderão se envolver na gestão do Parque, considerando que Itajaí é sede de empresas privadas cujo mercado exige Responsabilidade Social.

Com base em IBAMA (2004), também para a gestão do Parque estão listados, abaixo, algumas agências financiadoras e/ou incentivadoras potenciais:

MMA/FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

O Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA tem por missão contribuir, como agente financiador, e por meio da participação social para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente. Atua apoiando projetos ambientais em todo o país. Entre as linhas de projetos está a **Gestão Integrada de Áreas Protegidas**, cujas áreas temáticas são:

- a) Apoio a gestão de Unidades de Conservação, sob Administração Pública, que não possuam Plano de Manejo
- b) Apoio a Gestão de Unidades de Conservação, sob Administração Pública, que possuam Plano de Manejo
- c) Apoio a Gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)

Potencialidades: Aprovação de projetos que subsidiem o desenvolvimento dos programas estabelecidos nesse Plano de Manejo

MMA/SPU/MP/SDM - Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla

O Ministério do Meio Ambiente – MMA - e a Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MP - em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, através do Programa de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina – GERCO/SC -, vêm desenvolvendo esforços para implantação do Projeto Gestão Integrada da Orla Marítima – PROJETO ORLA -, cujo objetivo



é ampliar o conceito de gestão do patrimônio costeiro buscando compatibilizar os interesses coletivos com os de proteção ambiental.

Potencialidades: desenvolvimento do PROJETO ORLA na Zona de Amortecimento do Parque.

FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina

Uma das ações da FATMA se refere ao Licenciamento Ambiental, cujas medidas compensatórias podem ser destinadas a implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Potencialidades: Mesmo que já tenham sido direcionados recursos ao Parque do Atalaia, outros processos de licenciamento podem resultar na aplicação de investimentos financeiros para desapropriação de imóveis na Zona de Amortecimento, ampliando a área da unidade, assim como investimentos na implantação de outras UCs, compondo conectividade de habitats.

FEPEMA – Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente

Os recursos do FEPEMA são destinados a projetos apresentados por Prefeituras Municipais, Organizações Não-Governamentais – ONGs -, Órgãos Governamentais, Universidades e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs. As áreas Temáticas para Elaboração de Projetos a serem apresentados para a SDM/FEPEMA são:

a) Desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades destinadas a promover a preservação, conservação e melhoria da qualidade ambiental;

b) Realização de estudos e pesquisas ambientais;

c) Implementação e aquisição de equipamentos destinados à elaboração de planos e projetos, bem como à prestação de serviços de fiscalização e de laboratórios na área ambiental;

d) Treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos ligados diretamente à rede de execução de serviços de proteção ambiental;

- e) Soluções de problemas emergenciais que afetem o meio ambiente;
- f) Implantação e operação de redes de monitoramento do ar, do solo e da água; e
- g) Desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Potencialidades: desenvolvimento de parcerias para a elaboração de projetos destinados ao FEPEMA que venham a cooperar com a divulgação, conhecimento, proteção e manutenção, entre outros, do Parque.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A

A EPAGRI conta com uma estrutura de pesquisa instalada em pontos estratégicos do Estado. Em parceria com prefeituras municipais, sindicatos, organizações representativas dos agricultores e pescadores e cooperativas, desenvolve projetos de pesca, de maricultura e de microbacias no Estado de Santa Catarina. A EPAGRI está contribuindo com a organização comunitária, planejamento das microbacias, assistência técnica, realização de pesquisas e estudos, entre outras ações que visam o desenvolvimento sustentável das regiões beneficiadas.

Potencialidades: além do desenvolvimento de pesquisas na área do Parque, pode contribuir com o incentivo de práticas econômicas conservacionistas na Zona de Amortecimento, minimizando impactos na unidade.

PRODETUR Sul - Programa de Desenvolvimento Turístico da Região Sul

O PRODETUR-SUL conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo um Programa conjunto entre os estados da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul), com vistas a incrementar o turismo na Região Sul do país, aproveitando os recursos naturais existentes, buscando também a melhoria da qualidade de vida da população local.

Potencialidades: desenvolvimento de parceria para desenvolvimento de práticas que possibilitem o desenvolvimento do turismo ecológico no Parque e na Zona de Amortecimento, observando as regulamentações e definições estabelecidas nesse Plano, no SNUC e no SEUC.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

A UNIVALI representa a segunda universidade de Santa Catarina e seu campi localiza-se em Itajaí, próximo ao Parque. Conta com diversos laboratórios e equipamentos, assim como profissionais de qualidade que integram equipe de docentes, pesquisadores e funcionários que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Potencialidades: Desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão que envolva os cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Oceanografia, Turismo, Arquitetura, Pedagogia, Ciências Sociais, e outros, conforme necessidades previstas nos Programas de Conhecimento e de Uso Público (Encarte IV), inclusive com potencial de envolvimento de bolsistas.

1.4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9985**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Comissão de defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: Brasília, 2000.

CIMARDI A.; GAIO M. F. **Áreas Protegidas de Santa Catarina**. Florianópolis: FATMA, 2001.

IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Arvoredo**. Brasília/Florianópolis: IBAMA/FNMA/APRENDER, 2004.

IBAMA. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 16 de abril de 2006.

IBAMA. **Unidades de Conservação**: Reserva Particular do Patrimônio Natural. Brasília, 2004. Disponível em: "<http://www.ibama.gov.br>". Acesso em 20 jan.2004.

MARENZI, R. C. **Manejo de Unidades de Conservação Ênfase: Em Áreas Marinhas**. II Semana de Biologia marinha e Gerenciamento Costeiro. São Vicente, 2004. Apostila de Mini-curso.

MARENZI, R.C; FRIGO, F.; ECCEL, R.; SCHIMIDT, A.D. **Unidades de Conservação de Santa Catarina**: Base Preliminar de um Diagnóstico de Situação. In 3º Simpósio de Áreas Protegidas: repensando escalas de atuação, 2005. Pelotas. Anais...Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2005.

MORI, E. **Relação das RPPNS em Santa Catarina - Período 1990 à 2004**. Florianópolis: IBAMA, 2004.

SANTA CATARINA. **Lei nº 11986/01**. Instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza. Florianópolis, 2001.



ANEXO 1

DECRETO Nº 8107, DE 25 DE JANEIRO DE 2007

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO ATALAIA

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 47, incisos VII e XL, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil, no § 4º do art. 225, declarou a Zona Costeira patrimônio nacional e determinou que sua utilização assegurará a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, que dentre outros critérios e normas para criação, implantação e gestão de Unidades, define suas categorias e estabelece que os municípios são órgãos executores deste Sistema;

CONSIDERANDO que as categorias de Unidades de Conservação da Natureza, que constituem o Grupo de Unidades de Proteção Integral, previstas no SNUC, são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Natural Municipal, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre, e que a FAMAI - Fundação Municipal do Meio Ambiente deverá adotá-las, devidamente adaptadas à Cidade e ao seu respectivo Plano Diretor;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 7.117 de 28 de maio de 2004, declarou a área como de utilidade pública destinada à criação do Parque Natural Municipal do Atalaia;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Itajaí, em seu art. 313, que cabe ao poder público, através de seus órgãos de administração direta, indireta e fundacional "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas"; "preservar e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio biológico e paisagístico no âmbito Municipal"; "definir e implantar áreas e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município a serem especialmente protegidos, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, mantendo as unidades de conservação atualmente existentes"; "proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, captura, produção, transportes, comercialização e consumo de seus espécimes e sub-produtos".

CONSIDERANDO que, como medida compensatória pelo impacto ambiental gerado pela atividade portuária no Porto Organizado, a Superintendência do Porto de Itajaí, firmou perante o Ministério Público, Termo de Ajuste de Conduta, no qual ficou estipulada a criação do Parque Natural Municipal do Atalaia, DECRETA

Art. 1º Fica criado o Parque Natural Municipal do Atalaia, no bairro de Cabeçudas, uma área de terras medindo 195.080,00m² (cento e noventa e cinco mil e oitenta metros quadrados), matriculada sob nº 20.875 no Registro de Imóveis do 1º Ofício, desta Comarca.

Art. 2º São objetivos do Parque Natural Municipal do Atalaia:

I - a proteção de área de excepcional beleza e valor científico;



II - a preservação de exemplares raros, endêmicos, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da fauna e flora;

III - garantir a integridade dos ecossistemas locais existentes;

IV - a recuperação e a proteção dos remanescentes dos ecossistemas de Mata Atlântica;

V - identificar as potencialidades da área com vistas ao desenvolvimento de atividades que valorizem os ecossistemas da região;

VI - a criação de área de lazer compatível com a preservação dos ecossistemas locais;

VII - a ampliação do patrimônio ambiental público do Município.

Art. 3º A área patrimonial do Parque Natural Municipal do Atalaia ficará sob tutela, administração, jurisdição e gestão da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAMAI.

Art. 4º As atividades de lazer nas áreas e trilhas do parque adequar-se-ão aos princípios de proteção precípua da flora, fauna e das belezas cênicas existentes.

Parágrafo único. A implementação e a ocupação do Parque Natural Municipal do Atalaia obedecerão aos Planos de Manejo e Trabalho aprovados pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação gerando efeitos após a realização de consulta pública, com a participação do órgão ambiental estadual.

Prefeitura de Itajaí, 25 de janeiro de 2007.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí